

Ataque a puxadinhos sai do Plano

Fiscalização vai às cidades combater 275 mil metros quadrados de invasões, pelo comércio, em áreas públicas

JOSEMAR GONÇALVES

LÚCIA LEAL

O problema dos 'puxadinhos' de estabelecimentos comerciais não se restringe ao Plano Piloto. Nas cidades do Distrito Federal, as extensões irregulares de bares, restaurantes e lanchonetes compreendem 275 mil metros quadrados de área pública, o equivalente a 53 campos de futebol. Em todo o DF, a área pública invadida é de quase 500 mil metros quadrados, ou 70 campos de futebol.

Esses comércios, assim como os localizados no Plano Piloto, estão na mira da Secretaria de Fiscalização. Para o secretário, Vatanábio Brandão, o quadro de ocupação irregular em todo o DF é um problema crônico, que esbarra em erros do passado, quando foram dadas permissões, mediante pagamento de taxa de ocupação.

"Nosso trabalho hoje visa adequar esses comércios a atual legislação e planos diretores de cada região adminis-

trativa, já que na maioria dos casos não é possível agir de maneira a retirar as extensões, por força de liminares", explica Vatanábio. A liminar é o instrumento legal usado pelos comerciantes para manter as invasões.

O recurso começou a ser utilizado em 95, quando os empresários receberam das administrações o direito de ocupar área pública mediante pagamento de taxas. No Plano Piloto, a arrecadação chega a R\$ 1 milhão. Nas cidades

do DF, o número sobe para R\$ 2 milhões. O governo espera apresentar uma solução para os puxadinhos em 120 dias.

De acordo com o secretário Vatanábio Brandão, em Ceilândia, dos 7.600 estabelecimentos comerciais, 5.500, ou 72%, ocupam área pública, totalizando 85 mil metros quadrados.

No Lago Sul, o comércio irregular ocupa 22 mil metros quadrados de área pública. Em Taguatinga, são ocupados 26.519 mil metros quadrados.



Em Ceilândia, a calçada virou extensão da loja de calçados

Secretaria faz cadastramento

Para coibir o abuso dos 'puxadinhos', a Secretaria de Fiscalização iniciou o cadastramento dos estabelecimentos com irregularidades. "A preservação da área pública significa garantir ao brasileiro qualidade de vida, direito de ir e vir, organização do local em que mora", afirmou o secretário.

Em São Sebastião, a secretaria retirou 56 estabelecimentos de áreas públicas. Na ação, por causa do surto de hantavirose, foram recolhidos 1.620 metros cúbicos de areia e brita e 575 de madeira, além de telhas e tijolos.

A secretaria dispõe de 277 fiscais de postura, responsáveis pelo cadastramento; e 228 fiscais de obra, sendo 157 inspetores. "Ainda temos que trabalhar com a dificuldade de equipe", diz o secretário.